

Entre compassos e cadências: alguns aspectos da modernidade, urbanização e vivências ribeirãopretanas (1889-1920)

Lúcia de Rezende Jayme*

Entre cafezaes, brilha a magnífica cidade- Oitocentos e vinte e seis automóveis matriculados

Ribeirão Preto, que floresce entre extensos e enormes cafezaes, é uma das mais bem cuidadas, importantes e formosas cidades do grande Estado de S. Paulo. Quem desembarca naquelle conjuncto encantador recebe magnífica impressão. Depara, logo ao sair do trem, com uma bella praça, com os cães, que margeia o rio que lhe dá o nome, e, logo a seguir, a sua principal rua, a General Osorio, onde se acham localizados os bancos e o grande commercio, ponto em que mais palpita a vida da cidade.

Ribeirão Preto é tornada de magníficas, amplas e lindas praças ajardinadas, como sejam: a Quinze de Novembro e a da Matriz, um bello templo, cuja construcção está sendo ultimada.

É admirável o progresso de Ribeirão Preto, cidade de menos de quarenta annos de vida e que já possui uma população urbana superior a trinta e cinco mil habitantes. Conta Ribeirão Preto um excellent theatro, o Carlos Gomes, a Usina Metallurgica, as grandes fábricas de cerveja da Antartica e Paulista, uma escola de pharmacia, um gymnasio estadual, o Patronato Agrícola, mantido pelo governo federal, o Asylo Analia Franco, magnífica Santa Casa, a Beneficência Portuguesa, com aperfeiçoadas installações cirurgicas, devidas ao esforço do illustre clinico dr. Pompeu Camargo.

Ribeirão Preto é o maior productor de café do Estado de S. Paulo. Só a Companhia Dumont possui cinco milhões de cafeeiros. Para se fazer uma idéa dos grandes progressos da cidade, apesar da crise actual, basta dizer-se que dentro em breve será ali inaugurado um grande hotel de luxo, o Central-Hotel, do Sr. A. H. Roxo, com cem apartamentos e na construcção do qual já foram empregados mais de mil contos.

Conta ella oito bancos. Ribeirão Preto é séde de um bispado. A sua renda municipal é superior a deis mil contos, estando matriculados na Prefeitura oitocentos e vinte e seis automóveis.

Dois jornaes diarios ali se editam, “A Cidade” e o “Diário da Manhã”.

À noite, os seus bars, muito frequentados, e onde se faz musica diariamente, dão à grande cidade paulistana um aspecto alegre e animado. (Da A Noite, do Rio)

Em certo e supostamente quente dia dos anos 20, os leitores do jornal carioca vislumbraram a cidade de Ribeirão Preto na imaginação despertada por uma narrativa prenhe de elementos bem concretos resultantes da cultura material do município, elementos inerentes à idéia de progresso construída no final do século XIX. A Petit Paris já há algum tempo experimentava a Belle Époque aos seus modos, embora não fosse nenhuma metrópole (SCHARCZ, 2000:56-61; NEEDEL, 1993; FARIA, 2003: 94-98).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Linha de História e Historiografia da Educação. Graduada em História pelo Centro Universitário “Barão de Mauá”, Bolsista - FAPEMIG. Email: l.rjayme@yahoo.com.br.

Bastante diferente dos relatos de viajantes que aqui estiveram algumas décadas antes do século XX em que figuravam um pacato povoado de atmosfera morna, boa para lagartear, e, essencialmente, constituído por terras de potenciais riquezas, o artigo delimita claramente extensões urbana e rural ao construir o texto sob um léxico citadino: palpita, praça, bancos (são citados duas vezes), jardins, praças, teatro, usina, fábrica, hotel, instituições escolares, templo, bispado, bares, rua, comércio. Logo no título, tal distinção é percebida: “*Entre* cafezais, brilha a magnífica cidade” e, precedida por um hífen que denota uma situação de decorrência, marca indelével da modernidade e urbanização: “oitocentos automóveis” (SCHARCZ, Op. Cit.:17).

No entanto, apesar de a forçosa separação entre campo e macadame para assegurar o patamar de progresso atingido urbe, falar sobre café seria inevitável. A vida dinâmica em Ribeirão Preto foi reflexo da inserção do Brasil na economia mundial, regida pelo sistema capitalista que criava uma rede cada vez mais global de trocas internacionais de comércio e pessoas. Justifica-se, assim, a forte presença do produto agrário expresso sempre em números atrelada à idéia de pujança econômica que, por sua vez, adquiria materialidade em construções como o luxuoso hotel, referência de poderio e, sobretudo, modernização (HOBBSBAWN, 1996:80-81).

Vale lembrar que os lucros gerados pelo café permitiram que alguns sujeitos fizessem fortuna e possibilitaram o surgimento de atividades urbanas, mas a urbanização da cidade era custeada notavelmente pelas rendas urbanas, fruto dos impostos de trabalhadores e empréstimos posteriormente pagos, pelos mesmos. E foi assim a “entrada triunfal” de Ribeirão Preto na modernidade.

Ora, se “[...] *ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor- mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...]*”, a cidade transformou-se, como podemos perceber, em palco moderno por excelência já que era atrativa não apenas aos portentosos fazendeiros e doutores, mas também aos inúmeros viventes que enxergavam na cidade ou no campo, oportunidades de crescimento econômico (e, logo, social) e, assim, trouxe ao desenvolvimento outro fator característico da modernidade: a velocidade. Em pouquíssimo tempo, a população ribeirãopretana cresceu vertiginosamente. Dessa forma, entender esta sociedade implica pensar em política, elites, economia cafeeira e

atividades urbanas, modernidade, e, outrossim, nos modos de existência de homens ricos e pobres de um município que ora adquiria caráter de cidade desejada, idealizada, ora renegada, verdadeira, lugar de produtores e consumidores de um mesmo espaço. Cenário urbano que possibilita a percepção de vivências, posições estéticas e lembranças (BERMAN, 1997: 37-31, PESAVENTO, 1995: 281-283):

1902. A “febre amarela”, com o seu cortejo de desgraças, irrompeu, violenta na cidade. A principio os médicos da hygiene extranhamente encobriam a gravidade da epidemia, negando até a existência della. Mas, o dr. Leal da Cunha, médico, orador potente, gritava a todos, fazendo verdadeiros, escandalosos comícios denunciando o perigo. Ouvindo-o, corri às casas do padrinho e minha. Na primeira encontrei a boníssima d. Virgínia, senhora do dr. Candinho, derramando kerosene num rêgo de cimento do quintal, rudimentar exgoto com água parada. O kerosene era para matar as larvas de “pernilongos”. D. Virgínia, senhora culta e inteligente, acreditava na opinião de seu cunhado dr. Luiz Pereira Barreto, que, antecipando-se às decisivas experiências cubanas, já affirmava que a “febre amarela” era transmitida por “pernilongos”...Ouvidos os conselhos do dr. Leal da Cunha, minha família foi para Batataes, e a família Barreto para Franca.

[...]O Brenno e a família também foram para Batataes, como muita gente de Ribeirão Preto. [...] dr. Rocha Fragoso, médico-operador, competentíssimo, também fugitivo da “febre-amarela”.

[...] O fôro batataense teve, então, uma das suas mais brilhantes épocas. Era crescido o número de advogados locais, permanentes e de fora, provisórios (SANTOS: 95-96)

Este caso ilustra um cenário não apenas local. As precárias condições sanitárias das cidades que cresciam sem planejamento e tampouco saneamento básico faziam pulular epidemias de cólera, varíola, e febre amarela, encaradas como verdadeiras pestes posto que matavam milhares de pessoas. Assim como Rio de Janeiro, a “Petit Paris” de ares tropicais era habitada por médicos e outros profissionais que arriscavam seus vastos saberes também na área da saúde pública e, munidos de um discurso competente que os autorizava a legislar e ensinar, mas que até então, não sabiam ao certo a razão da doença em questão. Baseados em toda a ciência moderna, garantiam que a febre amarela era contraída ou por contágio, transmitida de pessoa a pessoa pelo toque ou contato com objetos do doente, ou, então, por infecção devida a ação de substâncias animais e vegetais em putrefação que espalhavam-se pelo ar. Ao que tudo indica, Ribeirão Preto abrigava um gênio do sanitarismo (CHAUI, 1982: 7-11; CHALHOUB, 1996: 60-64).

Embora nas terras do café os jornais publicassem diariamente matérias sobre a febre amarela, as elites falseavam os reais efeitos provocados pela epidemia ao apresentarem dados pessoais ou retirados da Comissão Sanitária, no intuito de

manterem a ordem e a civilidade na cidade. Ao assistirem um cenário calamitoso, incorrigível (a sistematização de projetos que previam novos critérios de higiene pública aconteceriam, efetivamente, somente depois das epidemias), aqueles que possuíam recursos batiam em retirada, estratégia de solução imediata do sanitarismo urbanístico, já conhecida nos tempos imperiais. Batatais seria a invenção da Petrópolis caipira (PAZIANI, Op. Cit.: 94; ALENCASTRO, 1997:68).

Diante de tamanhos problemas, os políticos e governantes de Ribeirão Preto, incutidos de um imaginário que concebe aquela idéia já discutida de que há um caminho para a civilização, modelo de evolução moral e material que, uma vez seguido, conduziria qualquer povo ao clímax da civilização. Trilhar esta vereda significaria seguir os pressupostos do higienismo e impor políticas públicas que visassem a limpeza, desodorização, ordenação e embelezamento dos espaços e corpos orientados por uma suposta ciência neutra e desinteressada, mas esquecendo-se, contudo da gestão problemática das cidades e desigualdades sociais. Nesse sentido, uma dessas medidas era incluir a obrigatoriedade da vacinação no Código de Posturas (CHALHOUB, Op. Cit.: 31):

Da vacinação e revaccinação

Art. 340- A vacinação e a revaccinação contra a varíola por meio de vaccina animal, são obrigatórias dentro dos limites do Município.

§A vacinação e revaccinação Jenneriana ou de braço a braço são facultativas (Código de Posturas, 1914).

O artigo em questão denota a distância entre a oratória pelo progresso e os reais esforços para sua efetivação. Embora houvesse a crença de que a vacina por meio animal bestializasse o ser humano, a introdução deste modo de vacinação, chamado cowpox, foi uma alternativa encontrada pelo governo ao substituir a linfa vacínica humana que tornava-se o custo elevado, pois exigiria do poder público a criação de uma comissão de doutores que soubessem identificar a bexiga benigna e colocassem no enalço nos vacinados que resistiam em voltar e ceder a linfa aos médicos. Em relação ao método jenneriano, ainda havia o problema de a probabilidade de contrair sífilis pela vacinação, mas esta não parecia constituir uma preocupação, já que a municipalidade consentia a prática. De qualquer forma, embora não tenha ocorrido nenhuma revolta por conta da vacina, a vacinação forçosa também era sinal de capitalização, aburguesamento

e cosmopolitização da sociedade ribeirãopretana (CHALHOUB, Op. Cit.: 134-156; SEVCENKO, 1984: 88; PAZIANI, Op. Cit.: 178-179).

Além de a vacinação, o Código de Posturas ditava regras sobre edificações e alinhamentos; asseio, segurança e comodidade pública, higiene e salubridade; polícia preventiva; comércio e indústria; iluminação, entre outros. Configurava uma legislação essencialmente urbanística que impunha a manutenção do sistema tabular de organização e expansão da malha viária e, embora não fizesse nenhuma imposição em relação à ordem estética, a municipalidade resguardava-se no direito de não aprovar a construção ou reforma dos edifícios e demonstrava considerável preocupação quanto ao embelezamento da cidade (FARIA, Op. Cit., 150-152; PAZIANI, Op. Cit., 178-179):

Certifico, que por ordem verbal do Sr. Prefeito Municipal, fui á casa commercial do Sr. Augusto Guimarães à rua General Osório n.63, [...] intimei-o para que hoje desmanchasse uma cerca feita de taboas, no fim da rua Florencio de Abreu, na margem de Ribeirão Preto. Também fui à confeitaria da rua General Osório n. 55 e [...] intimei ao sr. José Brancato para que hoje desmanchar uma cerca mandada fazer pelo mesmo sr. na rua Lafayette, na margem do Ribeirão Preto, ambas as intimações de accordo com o artigo 151 do Código de Posturas. Do intimado ficaram bem scientes,e, para constar, lavrei este termo que assigno.
Ribeirão Preto, 8 de julho de 1916.
O Fiscal,
José Moreira .

Contudo, ressaltemos que esta cidade ideal, modernizada principalmente entre os anos de 1890 e 1920, reformada sob um projeto que previa a abertura e calçamento de ruas libertando os transeuntes do pó e lamaceira nos dias chuvosos, instalava energia elétrica em vias públicas e construía praças e belos jardins existia em grande proporção apenas nas áreas alta e baixa do centro, já que não havia referência às localidades mais afastadas, ou subúrbio, como definido no código. Todavia, tal indefinição de regras ao restante do perímetro urbano resultou em diferenças bastante delimitadas ao sistematizar as normas de convívio social no centro da cidade e, ainda, ao empurrar as fábricas e outras atividades que atentassem contra a salubridade pública para os bairros longínquos habitados por pessoas que não pudessem arcar com os impostos, multas e leis que normatizavam segundo padrões burgueses de organização social (ROSA, 2008: 47-48).

Nesse sentido, em nome da civilidade produziam-se novas formas de desigualdades sociais, porém, embora pareça contraditório, o julgamento, a inadequação encontra lógica na civilidade, máscara da barbárie, pois julga a tudo na razão de polir, considera como bárbaro, mal absoluto qualquer elemento, pessoa ou sentimento que não

resista ou não se enquadre em padrões considerados justos e educados pela “boa sociedade” (STAROBINSKI: 20).

No intuito de forjar uma sociedade cujas partes são da mesma natureza, uma civilização culta à sombra de um entendimento em que *“civilização é um termo de caráter sociável, uma questão de espírito cordial e maneiras agradáveis, cultura é algo inteiramente mais solene, espiritual, crítico e de altos princípios, em vez do estar alegremente à vontade com o mundo”*, julgamentos certamente não faltaram se pensarmos que a primeira expressão é prototipicamente francesa, enquanto a segunda, estereotipadamente germânica e voltarmos o olhar para o imenso contingente de imigrantes que aqui aportaram e suas respectivas nacionalidades (EAGLETON, 2005: 22).

Como as Américas, as plagas ribeirãopretanas resultaram na saída encontrada pelos imigrantes à procura de emprego, melhores condições de vida e fuga de conflitos civis e militares. Se nos debruçarmos sobre os números tabulados, neste mesmo ano de 1902, não seria admirável os dizeres de que na cidade, “mais se falava a língua de Dante do que a de Camões” já que de um montante de 52.929 pessoas, 19.729 eram brasileiros e 33.200 estrangeiros. Movimento parecido ocorreu em São Paulo, cidade conhecida pela diversidade e quantidade de europeus que para lá imigraram (HOBBSBAWN, Op. Cit.: 209-211; CIONE, 1987: 45; MORSE, 1970: 240).

Ainda que os imigrantes fossem todos franceses e alemães, a noção de civilização e cultura permanece entre os limites da idealização, arranjados sob uma idéia burguesa de diferenciação social imbricada nos ideais positivistas de ordem da sociedade. No entanto, para maior desespero das elites ribeirãopretanas, os braços que construiriam a cidade eram também corpos italianos, sujeitos considerados rudes pelos gestos e, principalmente, pelas vestimentas simples, bastantes diferentes das fazendas e alfaiatarias das roupas que vestiam as elites locais. Aliás, percepção bem comum nas cidades que cresciam sob a égide do enriquecimento e consumo, posto que *“são tantos e estão todos o tempo todo tão ocupados que a forma de identificar e conhecer os outros é mais rápida e direta: pela maneira como se vestem, pelos objetos simbólicos que usam, pelo modo e pelo tom como que falam e comportam”* (TUON, 2004: 61; SEVCENKO, 2001: 64).

Embora Ribeirão Preto não configurasse uma metrópole, o crescimento acelerado transformava a outrora sossegada vila em cidade infestada por problemas sociais dignos de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo Paris e Londres.

Tal “colméia popular” alimentava a crença dos governantes, o fantasma das “classes perigosas”, expressão que na acepção original europeia indicava pessoas que haviam sido aprisionadas ou se nunca capturadas, seriam aqueles indivíduos que furtavam ao invés de trabalharem para garantir o seu sustento (BRESCIANI, 1994: 22-48; CHALHOUB, Op. Cit.:35).

A denominação que em gênese já carregava o julgamento de uma burguesia que enxerga com maus olhos o grupo que se desenvolve à margem da sociedade civil, no Brasil, ganha abrangência extraordinária. Na razão do poder público, todo pobre seria constituinte da classe perigosa por seguirem o seguinte raciocínio: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade, juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”. Dessa forma, a polícia agiria como se todo cidadão, imigrante ou não, fosse culpado, até que se provasse o contrário:

CAÇA AOS VAGABUNDOS

O major Antonio Alves da Costa Ferreira, sub delegado de policia, deu hontem caça aos vagabundos que infestam alguns pontos da cidade. S.s. intimou os proprietarios de botequins que não admittam reuniões dessa gente em suas casas.

PELA POLÍCIA

Pelas 10 horas da noite de hontem, andava por sob a chuva que cahia e completamente a descoberto, em um estado de lastimosa embriaguez, em frente ao jardim uma negra maltrapilha que tinha nos braços uma creança clara, a que chamava de filha. E a negra cambaleava pela inspirando a todos dó e horror aquelle quadro.

Um transeunte condoído da triste sorte da infeliz creancinha foi dar parte do caso a nossa Policia, que imediatamente mandou buscar os miseros. Se a negra é de facto mãe da creancinha clara, é o caso de se nomear tutor a esta

Estas são notas policiais, copiosamente comuns, encontradas em páginas de jornal da época. Mendigos, pessoas embriagadas, menores abandonados, bandidos, pessoas de toda a sorte que de um modo ou de outro não se enquadravam no processo civilizador ditado pelas elites eram mandados à cadeia pública ou instituições de caridade. Ambas as intenções eram violentas e excludentes, pois mais que afeição à ordem ou suposta preocupação com a condição destes marginalizados, a idéia era manter a ilusão de uma cidade ideal, retirando das ruas, belas praças e olhares públicos os ditos vagabundos e imorais (ELIAS, 1993; PAZIANI, Op. Cit., 141-142).

A exposição sobre a negra traz à baila outros reversos desta sociedade ideal. Provavelmente, a ação da senhora ao andar pelo jardim, em trajes esfarrapados e à noite infringia leis tácitas de um código de posturas latente. Não raro, situações de embriaguez, denúncias de desacato eram inventadas para que sujeitos indesejáveis fossem detidos e impedidos de dividirem o mesmo espaço em que conviviam os cidadãos considerados exemplares. Ainda, o simples fato de uma mulher perambular em via pública, desacompanhada e sob as maledicências peculiares às noites, já consumava a prova de que aquela mulher certamente não possuía boa índole (SOIHET, 1997: 141-142).

Nas lembranças de memorialistas, há a afirmação de que o racismo era inexistente na cidade, isto porque, os negros “conhecem os seus lugares, e sabem perfeitamente como viver sem risco de passagem por vexames de natureza racista” (FARIA, Op. Cit.: 63-64). Além de corroborar nossa suposição de que o delito em questão foi realmente o de a senhora andar pelos benquistos jardins, revela o preconceito em relação aos negros perceptível na recusa das autoridades em acreditar que uma negra pudesse ser mãe de uma criança branca. Se a mesma mulher caminhasse, em idênticas condições caminhasse pelas ruas do subúrbio segurando em seus braços uma criancinha negra, teria incitado os mesmos sentimentos de dó e horror?

Apesar de todas as ações que buscavam higienizar e embelezar a urbe, desordens de todo o tipo teimavam em acontecer. Exemplo bem claro eram as greves que atemorizavam a municipalidade. Embora não houvesse a concepção socialista entre os trabalhadores rurais e urbanos, houve paralisações nos mais diversos ramos: colonos, operários, padeiros, cocheiros, e, no caso, até os leiteiros (PAZIANI, Op. Cit.: 267):

Cavalheiro que nos merece toda o conceito disse-nos, hontem á tarde, que se projecta outra gréve, que estourará no dia 9 ou 10 do mez proximo. Desta vez, porém, o caso é mais sério, pois são os leiteiros que o farão. Basta dizer isso para calcu-se(?) a gravidade do caso. Entretanto, como a época é de gréves, um meio ha para a desforra, pelo menos. É fazerem gréve também os freguezes na ocasião do pagamento do consumo mensal de leite. Diz o nosso informante que o facto se origina do ultimo lançamento de impostos de industrias e profissões. É outra asneira, a dos leiteiros, si se julgam lesados, pois esse lançamento é, como os demais, de accordo com a lei. O melhor, mais certo e criterioso é pagar o imposto que é justo e equitativo, e deixar as gréves, porque com gréves não se revogam leis e nem se faz administração.

A posição tomada pelo articulista ao excluir a legitimidade dos grevistas, bem como minimizar os efeitos do movimento e dar-se por certo que rapidamente seriam abafados era discurso amiúde nos caracteres do periódico. Tal quais os almanaques, os jornais constituíram uma ferramenta para divulgação não apenas de mercadorias, serviços, pessoas e redes de sociabilidades, mas também propagação de modelos de costumes, etiquetas e ordem social a ser seguida. Todos aqueles que se opusessem, principalmente no tocante àqueles que não aceitassem a positividade do trabalho seriam vistos com maus-olhos, como indivíduos egoístas que simplesmente não aceitam o pacto social. Nestas terras do café, mais valeria o velho e bom trato com o diabo, pois o tihoso, diferente do poder público, cumpriria sua parte no contrato.

No entanto, justiça seja feita, nem apenas da municipalidade e doutores vivia a imposição de um modelo civilizador. Os tempos modernos trouxeram novidades mil, inovações científicas, trem, trilhos, eletricidade, aspirina e, sobretudo, o burburinho nas vias públicas, empurrou o recôndito das casas para o escancarado das ruas. Neste ambiente de inovações surge a “boa sociedade”, homens e mulheres caracterizados não somente pelo poderio econômico, mas pelos costumes e hábitos polidos e aprumadas maneiras de apresentarem-se perante a sociedade. Comumente, os ideais destes membros também reclamavam a construção de uma urbe perfeita (BRESCIANI, Op. Cit.: 80):

PELOS BONS COSTUMES

A propósito de uma reclamação que ha dias fizemos por esta folha em que envolviamos o nome de algumas mulheres de vida fácil, residentes á Rua Americo Brasiliense, em frente á Cathedral, o sr. Francisco Orlando, estabelecido à rua José Bonifácio, veio dizer-nos que nas proximidades de sua residencia habitam algumas decahidas que não guardam o recato exigido pela moralidade publica.

Por muito que deploremos a sorte dessas infelizes e sem o proposito de lhes mover a mais leve perseguição, não podemos deixar de chamar para este e para outros casos semelhantes a atenção da digna auctoridade policial, a fim de que a corrupção e os maus costumes fiquem adstrictos ao circulo minimo em que podem ser tolerados.

A consolidação do capitalismo, este desenvolvimento da vida urbana que possibilitava novas formas de convivência social e a ascensão de novos homens consolidou tornou sólida uma mentalidade burguesa que regravava as relações familiares, as sensibilidades e as formas de amor. Estas idéias pregavam um consistente ambiente familiar composto por (um) esposo, (uma) esposa dedicada à maternidade e por (vários)

filhos educados. Ainda, colocados em um mesmo balaio- jogos de azar, alcoolismo, ociosidade e prostituição- afora a condenação burguesa, aliavam-se espírito religioso e teorias eugênicas e higienistas que identificavam tais elementos como degeneradores da alma, moral e corpo, responsáveis pelo adoecimento e falência do indivíduo e sociedade (INCÃO, 1997: 230; LUCCA:225-226).

Embora os reclamantes apresentem um tom brando nos dizeres “*Por muito que deploremos a sorte dessas infelizes e sem o proposito de lhes mover a mais leve perseguição*”, são pedidas providências à autoridade policial, indicando uma maneira não somente local, mas nacional ao tratar a prostituição como caso policial. Nesse sentido, não faltaram teses científicas que categorizassem “a exemplo de borboletas e mariposas” as prostitutas e seus traços naturais indicativos de propensão à criminalidade (RAGO, 1985: 87-91; FRANÇA, 2006: 60-68).

Não obstante, ainda que freqüentemente encarceradas, as meretrizes em Ribeirão Preto eram desmesuradamente amadas. Nas noites ribeirãopretanas os prostíbulo eram famosos, espaço para organização e discussão de assuntos políticos ou pertinentes à administração pública, satisfazer os desejos da carne, ou iniciação sexual dos meninotes. Moças mimosas, estrangeiras e caras que povoaram o imaginário de Monteiro Lobato, admirado por ninguém amar “à nacional” e fazendo-o amaldiçoar a monogamia, além do baixo meretrício, opção de consumo aos bolsos menos abastados.

Todavia, estes anseios modernos de viverem a vida mundana, adentrarem em noites boêmias e deliciarem-se em pernas francesas precisaram ser moldadas, um comedimento necessário para não causar maiores sobressaltos na influência cristã que pairava a cidade, ou nas esposas zelosas pela boa reputação de seus lares. Daí a origem da reclamação. Em nome dos bons costumes, a presença daquelas mulheres faceiras incomodava por situarem-se na zona central, em frente à Catedral, ou seja, fora do “*circulo minimo em que podem ser tolerados*”.

Ainda que a comichão moderna não cedesse às normas religiosas, necessitaria prestar contas aos anseios civilizatórios pautados naquela ciência universal e desinteressada, crença em um darwinismo social que a tudo higienizava e ordenava. O positivismo, doutrina orientadora destas idéias encontrou vários afeitos no Brasil por acreditarem que “*esse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à*

fluides e a mobilidade da vida [...] e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e bom senso” (HOLANDA, 1995: 158).

Mas as veredas para o progresso eram sinuosas, repletas de intervenções e apropriações cotidianas. Os viventes que aventuravam-se neste espaço que rapidamente formava e transformava. Na área central ou nos bairros esquecidos pelo poder municipal, os ribeirãopretanos trataram de criar condições para sua sobrevivência e seguiam mais ou menos seus próprios padrões culturais e de sociabilidade. Os populares eram diversos e muitos:

Formados por imigrantes – respectivamente, italianos, portugueses e espanhóis – e migrantes de vários estados – sob o predomínio de mineiros, fluminenses e baianos – os habitantes experimentavam a cidade reinventando, segundo suas formas de sociabilidade, os anseios da elite, ora tecendo relações sociais de aproximação e distanciamento com as autoridades municipais, ora consumindo as novas idéias e mercadorias trazidas pelas estradas de ferro.

A citação acima apresenta dois fatores essenciais para a materialização da vida urbana: a imigração (e migração) e o trabalho assalariado. Esta modernidade de nascença conferida pela produção e consumo, graças à importação, hábitos e aspirações de imigrantes e o meio ambiente construído propício às transformações (PAZIANI, 2005: 183).

Estes chegantes, não restritos ao trabalho nas fazendas trouxeram uma miríade de serviços, desde construção, artesanato, confeitaria ou mesmo empresário que serviam tanto aos moradores da cidade quanto aos viajantes. Na zona rural, os sitiantes colaboraram consideravelmente no abastecimento da urbe ao fornecer gêneros de subsistência, já que as terras eram destinadas, em maioria, à plantação de café, além de desenvolverem diversas atividades comerciais e industriais no Núcleo Colonial em que viviam (FARIA, Op. Cit.:134; CAPRETZ, 2006: 83-96).

Ao analisarmos aquele almanaque ilustrado da cidade, citado anteriormente, além de divulgar os progressos de Ribeirão Preto, ressaltar seus ares afrancesados mesmo em meio ao pó vermelho característico da terra roxa, exaltar coronéis e doutores locais, ainda que em menor proporção, não deixava de figurar em suas páginas nomes de costureiras, parteiras, barbeiro, e outros profissionais. Gente importante e populares, cada qual com seu quinhão.

Na tabela abaixo, podemos vislumbrar um panorama desta diversidade econômica e o espectro desses homens cotidianos:

Comércio e serviços	15 hospedarias, 5 hotéis, 18 açougues, 2 agências de leilões, 8 agências de loterias, 1 armazém de couro, 180 armazéns de secos e molhados, 1 banco italiano, 1 bazar, 4 casas de bilhar, 54 botequins, 1 casa de penhores, 1 chapelaria, 3 confeitarias, 1 curtume a vapor, 5 depósitos de armas, 1 depósito de cal, 1 depósito de fumo, 7 depósitos de madeira e lenha, 1 casa de vinho, 1 drogaria, 7 farmácias, 76 lojas de fazendas e armarinhos, 5 lojas de ferragens, 3 livrarias e papelarias, 4 máquinas de beneficiar arroz, 7 máquinas de beneficiar café, 2 máquinas de costura, 1 mercado público, 13 padarias, 11 restaurantes, 2 tipografias, 17 advogados, 5 dentistas, 5 engenheiros, 11 médicos, 4 parteiras, 1 fotógrafo, 8 construtores, 2 armadores, 2 capitalistas, 5 compradores de café, 4 representantes de bancos, 1 solicitador.
Oficinas	20 oficinas de alfaiates, 21 oficinas de barbeiro, 9 oficinas de carpinteiros, 2 colchoeiros, 1 consertador de leques, 1 consertador de instrumentos musicais, 9 ferreiros e ferradores, 3 fundições, 8 funileiros e caldeiros, 13 joalheiros e relojoeiros, 1 marmorista, 3 mecânicos, 11 modistas, 9 olarias, 3 pedreiros, 3 refinações de açúcar, 29 sapateiros, 9 seleiros e correiros, 3 serralheiros, 2 serrarias a vapor.
Indústrias	3 fábricas de cadeiras de palha, 6 fábricas de cerveja e licores, 2 fábricas de chapéus, 2 fábricas de chapéus, 2 fábricas de charutos e cigarros, 1 fábrica de espelhos, 2 fábricas de gasosas e licores, 1 fábrica de gelo, 6 fábricas de massas, sendo 2 a vapor, 1 fábrica de óleos, 2 fábricas de peneiras e arames, 5 fábricas de sabão, sendo 1 a vapor, 4 moinhos elétricos de café e fubá, 7 fábricas de calçados, movidos a eletricidade

Tabela 3: Atividades urbanas desenvolvidas na cidade de Ribeirão Preto, em 1903. Dados retirados do Anuário Comercial do Estado de São Paulo. Apud. SILVA, A. C. B. da. Campos **Elíseos e Ipiranga**: memórias do antigo Barracão. Editora COC: Ribeirão Preto, 2006, p. 96-97.

Não pretendemos definir os cidadãos de outrora segundo suas profissões ou a rentabilidade suas atividades. Tal catálogo é mais um convite à imaginação, caro recurso dos historiadores e vestígio de uma cidade marcada pelo movimento humano, pela ocupação incessante das ruas e pelo diversificado comércio, inclusive o relacionado ao consumo da aparência- coloquemos reparo nos alfaiates, sapateiros e relojoeiros (estes em mesmo número de padarias).

Embora indesejados e coibidos, aos sábados, domingos e feriados, a população deixava seus bairros e dividia seus momentos de lazer com janotinhas, senhorinhas e suas respeitáveis famílias nas praças, adentrava os botequins e as casas de jogos, ou, ainda, simplesmente flanavam a seu modo pelas passarelas centrais. Caminhar, passar, percorrer, trabalhar. Frequentar bares, teatros, coretos e praças, associações ou mesmo vias públicas implica na vivência entre os fortes resquícios de outros tempos e as novidades tão sedutoras que ora causavam receio (PAZIANI, 2006: 185-186).



Figura 1. Casa Confiança. Venda de material de construção, munição e outros artigos. 1900. Fonte: APHRP.

A fotografia alguns aspectos desta modernidade e urbanização nos macadames entre cafezais. Supostamente, a intenção do fotógrafo seria capturar a opulência da loja, posto que o ângulo abarca as três portas de entrada e toda a extensão da construção, bem como o gozo social dos proprietários, bem vestidos, sentados ao centro, os rapazolas logo atrás (provavelmente eram os funcionários do estabelecimento) e vários passantes ao redor. Imagem da cidade progresso, riqueza adquirida.

Noutra olhadela, podemos observar também a desordem na disposição das mercadorias, os materiais sobrepostos, pendurados, invadindo a calçada. Um amontoado a compor a fachada, um rococó de mercancias, bastante barroco e bem diferente das sinuosidades e assimétricas, mas assépticas formas do art nouveau, estilo decorativo considerado elegante na época. Embora empertigados, os homens estão sentados todos folgados, cadeiras viradas. O senhor ao centro afaga um cão, animal considerado verdadeiro problema social para os governantes. O detalhe ajuda-nos a enxergar várias crianças descalças. Apenas varões posaram para a foto. Estampa da cidade arcaica, antigas permanências e existências em novos tempos...